



HAL
open science

“Vamos segurar nossas pontas!” Paisagem em movimento e domínio dos lugares no rio Arapiuns

Émilie Stoll

► **To cite this version:**

Émilie Stoll. “Vamos segurar nossas pontas!” Paisagem em movimento e domínio dos lugares no rio Arapiuns. Nirvia Ravena. Paisagens Evanescentes: Estudos sobre as Percepções das Transformações nas Paisagens pelos Moradores dos Rios Amazônicos, Editora NAEA, pp.137-162, 2019, 978-85-7143-183-6. halshs-01837930

HAL Id: halshs-01837930

<https://shs.hal.science/halshs-01837930>

Submitted on 24 Mar 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Émilie Stoll
Edna Alencar
Ricardo Folhes
Chantal Medaets
(Orgs.)

PAISAGENS EVANESCENTES

Estudos sobre a percepção
das transformações nas paisagens
pelos moradores dos rios amazônicos

PAISAGENS EVANESCENTES

Estudos sobre a percepção das transformações
nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

EDITORIA

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

COMISSÃO EDITORIAL

Edna Castro, NAEA/UFPA

Flavio Gaitán, UNILA

Gisela Leitão, EUC (Colômbia)

Lucimara Costa, UFAM

Marion Glaser, LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT

Nirvia Ravena, NAEA/UFPA

Peter May, UFRJ

Renato Boschi, IESP/UFRJ

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CIENTÍFICA

Durbens Martins Nascimento (interino)

EMILIE STOLL
EDNA ALENCAR
RICARDO FOLHES
CHANTAL MEDAETS
(ORGS.)

PAISAGENS EVANESCENTES

Estudos sobre a percepção das transformações
nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos

Belém, Paris
2019

Texto revisado conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Diagramação / Capa

Laurence Billault

Revisão Final

Lairson Costa

Imagem da capa

© Véronique Isabelle

Autoretrato II, 2008-2013, acrílico sobre tela, 151 x 120 cm

Tradução do prefácio

Chantal Medaets



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

P149

Paisagens evanescentes : estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos / Emilie Stoll ... [et al.], (orgs).- Belém : NAEA, 2019.

244 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-7143-183-6 (impresso)

ISBN 978-85-7143-182-9 (e-book)

1. Etnologia - Amazônia. 2. Ecologia social - Amazônia. 3. Paisagens - Amazônia. I. Stoll, Emilie, [et al.], orgs.

CDD 22. ed. – 305.8009811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Editora Naea

Av. Perimetral, Número 1- Guamá, Belém-PA, CEP 66075-750

Telefone (91)3201-8521, editora_naea@ufpa.br

APOIO FINANCEIRO

ODYSSEA Project: Observatory of the dynamics of interactions between societies and environment in the Amazon

European Union Framework Programme for Research and Innovation Horizon 2020, Maria Skłodowska-Curie Actions, Research and Innovation Staff Exchange H2020-MSCA RISE 2015 Grant agreement n° 691053.

Unité Mixte de Recherche Patrimoines Locaux, Environnement et Globalisation (PALOC)

Muséum national d'Histoire naturelle
Institut de Recherche pour le Développement

Institut des Amériques

Réseau d'enseignement supérieur, de recherche et de coopération internationale.
Appel à projet 2017 du Pôle Nord - Est.

APOIO INSTITUCIONAL

Projeto CAPES-COFECUB n°Sh811-14: Reelaborações identitárias e reestruturações territoriais na Amazônia

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Campus France – Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil

Unité de Recherche Migrations et Société (URMIS)

Université de Paris
Université de Côte d'Azur
Institut de Recherche pour le Développement
Centre National de la Recherche Scientifique

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia; Programa de pós-graduação em Antropologia
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

SUMÁRIO

Os autores	11
Prefácio	17
Hugh Raffles	
Introdução	
Etnografar as paisagens evanescentes da Amazônia	21
Emilie Stoll, Edna Alencar, Chantal Medaets, Ricardo Folhes	
Capítulo 1	
O ritmo da vida na várzea: sazonalidade e socialidade	41
Mark Harris	
Capítulo 2	
Percepções sobre o processo de transformação de paisagens na várzea do médio rio Solimões, RDS Mamirauá, Amazonas	65
Edna Alencar	
Capítulo 3	
Mobilidade espacial e coprodução de paisagens na região do Lago Grande de Curuai, Santarém, Pará	93
Ricardo Folhes	
Capítulo 4	
“Moramos no mundo dos invisíveis”: sobreposição, ruptura e movimento em uma área quilombola	115
Julia Sauma	
Capítulo 5	
“Vamos segurar nossas pontas!”: Paisagens em movimento e domínio sobre os lugares no rio Arapiuns, Santarém-Pará	137
Emilie Stoll	

Capítulo 6	
Belém do Grão-Pará: de águas e mudanças na paisagem	163
Edna Castro	
Capítulo 7	
Uma coderiva no mundo sensível das paisagens enlameadas de Belém	195
Véronique Isabelle e Flávio Leonel Abreu da Silveira	
Capítulo 8	
Múltiplas formas de trabalho precário na paisagem urbano-fluvial do porto do Cacau-Pirêra, Iranduba, Amazonas	221
Raquel Salgado Marques e Elenise Faria Scherer	
Epílogo	
Quem fui eu e como sou hoje?	243
Miguel Pinto	



Dona Zenaide, moradora da Costa do Macaco, na comunidade de Arimum, com seus netos.
Fotografia: Emilie Stoll (Agosto de 2012).

“Vamos segurar nossas *pontas!*” Paisagens em movimento e domínio sobre os lugares no rio Arapiuns

Emilie Stoll

Introdução

Na estação seca, de agosto a dezembro, ao chegar às comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas do rio Arapiuns – último grande afluente do rio Tapajós, estado do Pará –, o viajante logo escuta dos moradores comentários sobre *a beleza* das longas praias de areia branca que se estendem por centenas de metros avançando sobre o grande rio¹ (Figura 1). Essas praias formam o que eles chamam de *pontas*, cuja toponímia e feição singular são conhecidas de todos aqueles que por elas transitam regularmente. Nelas, algumas famílias constroem casas provisórias de palha de curuá – os *tapiris* –, nas quais se instalam para ficarem próximas às margens do rio e dos *lagos*². Essa época de seca é conhecida pela sua *fartura*, já que o jaraqui, um peixe de escama muito apreciado na região, sobe o rio em cardumes para desovar nas nascentes (processo chamado de *piracema*).

No outro período do ano, de janeiro a julho, durante a cheia e a vazante, as *pontas* ficam cobertas pela água, que se aproxima das casas construídas diretamente no chão, em terrenos elevados abertos em meio à mata secundária. Olhando de longe, o que se vê é essa mata encostando no rio (Figura 2). As *pontas* submersas formam então bancos de areia cobertos por uma camada rasa de água e precisam ser conhecidas e localizadas pelos condutores de canoas e barcos para evitar que encalhem. As *pontas* participam também da formação de *ilhas* e *lagos*, dois outros elementos que os moradores destacam na sua paisagem: o que eles chamam de *lagos* são retenções de água formadas pelo encontro de duas *pontas* que, durante a seca, represam a água do rio principal, enquanto as *ilhas* são elevações com vegetação que resultam do acúmulo de sedimentos em uma parte da *ponta* (como se vê

1. No baixo rio Arapiuns, onde foi realizado este estudo, a largura do rio atinge 12 quilômetros.

2. O que significa, portanto, estar mais perto de pontos de pesca, do porto onde o barco de linha para, e da água que é preciso carregar até a cozinha (em 2016, a maioria das casas da margem esquerda do rio Arapiuns ainda não possuía água encanada).





Figura 1. Pontas ao redor do Lago de Arimum no rio Arapiuns (14 de outubro de 2017).
Fotografia: Erik Jennings

na Ilha do Tatu, Figura 3). Como as *pontas*, as *ilhas* e os *lagos* estão constantemente em movimento.

As mudanças sazonais constantes se veem assim de maneira marcante nas *pontas*: elas oscilam entre o seco e o molhado; ora são faixas de terra emersas e visíveis, ora estão sob a água e são pouco visíveis. Elas constituem um prolongamento de terra que adentra o rio e são consideradas pelas populações locais como uma passagem entre a superfície e o *fundo*³. As *pontas* são, portanto, um espaço liminar, de interface, onde os humanos encontram-se com seres subaquáticos, os *encantados*. Essa liminaridade se expressa também no seu caráter híbrido, já que ali se encontram diferentes elementos (água/terra), diferentes mundos (terrestre/subaquático, humano/não humano) e, como veremos mais adiante, diferentes períodos (passado/presente). Além de oferecer à vista uma peculiaridade física (*ponta, ilha, lago*), a *ponta* também traz uma distinção ecológica: é um lugar *farto* em peixe e caça, onde crescem espécies vegetais comestíveis. Nesse sentido, as *pontas* são feições paisagísticas “salientes” (em termos visuais, práticos e cognitivos) do ambiente dos moradores do Arapiuns.

A liminaridade do estatuto das pontas é intrínseca a ecossistemas de planícies alagáveis, como várzeas ou deltas. Estudos recentes em planícies alagáveis têm efetivamente questionado a dicotomia clássica entre terra e água e seus derivados, já que fica muito aleatório estabelecer uma separação clara entre esses dois elementos que, muitas vezes, se misturam fisicamente. Na Amazônia ocidental, por exemplo, Fraxe (2011) estudou a dimensão que ela qualifica de “anfíbia” dos habitantes das várzeas do rio Solimões. Novas perspectivas abrem para epistemologias mais fluidas, como a geografia dos “ambientes híbridos” proposta por Lahiri-Dut (2014), baseada no estudo das terras encharcadas da várzea do delta do Ganges, em Bengala. A partir das suas observações no delta Mackenzie, no Canadá, o antropólogo F. Krause propõe um programa para uma “antropologia anfíbia” (KRAUSE, 2017), que se baseia na análise de quatro aspectos constituintes dos ambientes alagáveis: i) o engajamento dos habitantes desses ambientes em atividades sociais cujas dinâmicas são afetadas pelo fluxo das águas (o que ele chama de *hydrosociality*); ii) a instabilidade dos povoados e dos lugares de moradia, que segue a mobilidade das pessoas e das relações de poder nas quais estão inseridas (para um exemplo na Amazônia, ver Alencar (2013); iii) a relação ambígua e transitória entre o molhado e o seco, que implica romper com as categorias clássicas e considerar o caráter híbrido (LAHIRI-DUT, 2014) de certos pontos ou elementos desses ambientes, como a lama (tal é a proposta de Isabelle; Silveira nesse volume); e iv) finalmente, Krause ancora sua proposta de uma antropologia anfíbia no ritmo cíclico das planícies alagáveis, o que Harris (1998) tem explo-

3. O *fundo* é o mundo subaquático onde habitam os *encantados* e outros *bichos do fundo*.



Figura 2. *Ponta* submersa, mata encostando no rio e *tapiri* alagado durante a cheia no Lago de Uru-cureá, rio Arapiuns. Fotografia: Emilie Stoll (julho de 2016).

rado no baixo Amazonas a partir do conceito de *taskscape*⁴. Partindo das pistas oferecidas por esse quadro teórico que enfatiza as atividades sociais dos coletivos que habitam esses lugares e considerando o caráter híbrido das *pontas* do rio Arapiuns, proponho um estudo etnográfico destas *pontas* e da maneira com que os ribeirinhos e indígenas do Arapiuns⁵ as vivem e pensam. Trarei à tona percepções locais sobre a interação de elementos da paisagem e atores que aparecem nas narrativas dos moradores. Nessas narrativas, humanos, não humanos e elementos

4. Noção idealizada por Ingold (2000b, p. 190) para designar um conjunto de atividades ligadas ao modo de habitar um determinado ambiente com suas temporalidades e ritmos próprios.

5. Embora identifiquem-se com coletivos distintos, os indígenas e as populações ribeirinhas do rio Arapiuns compartilham práticas e representações sobre as *pontas*.

ambientais ocupam camadas sobrepostas. Suas múltiplas interações moldam o contorno das paisagens e a forma como as pessoas se relacionam com os lugares que habitam.

No baixo curso do rio Amazonas, as *pontas* são típicas dos rios de águas pretas, como o Arapiuns, e de águas claras, como o Tapajós⁶. Com sua areia branca fina, elas contribuem para alimentar uma retórica que apresenta a região de Santarém como o “Caribe da Amazônia” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016). Em razão dessa fama, a vila de Alter do Chão (próxima à confluência dos rios Tapajós e Arapiuns) recebe durante o verão milhares de turistas vindos do Pará, de outros estados brasileiros e do exterior. No Arapiuns, as *pontas* também atraem, mas a falta de infraestrutura⁷ nos pequenos povoados faz com que até hoje a presença de turistas nesse rio fique restrita a excursões em barcos fretados e a roteiros de ecoturismo promovidos por ONGs ou pequenas empresas locais.

Se as *pontas* do Arapiuns chamam a atenção pela sua *beleza*, o discurso estético formulado pelas populações locais ultrapassa o simples prazer do olhar e não está associado a um uso balneário. A *beleza* destacada é associada à *fartura* do verão amazônico (tempo de *piracema*, das frutas, da abertura das roças) e, sobretudo, à maior sociabilidade permitida pelo aumento das visitas entre amigos e familiares, já que novos caminhos terrestres surgem com a emersão das *pontas* (Figura 1). Por outro lado, para muitos, a presença das praias significa que a vida cotidiana se torna também mais difícil: é preciso carregar a água por centenas de metros até as casas, os caminhos terrestres abertos implicam um deslocamento a pé sob o sol quente em distâncias maiores e, enfim, as *pontas* emersas atrapalham – e às vezes até impedem – a livre circulação dos barcos de linha⁸ até a cidade. Assim, as *pontas* de areia mudam os eixos de circulação, facilitando os deslocamentos na escala local ao mesmo tempo que restringem os deslocamentos maiores.

Durante os dois anos que passei na comunidade de Arimum (baixo Arapiuns), em 2011 e 2012, pude observar o destaque que os moradores dão às *suas pontos*. Eles fazem com frequência referência a elas, em contextos variados e sob diversos registros de enunciação. Pode-se dizer que falar das *pontas* – e mais especifi-

6. Segundo a classificação do limnólogo alemão Harald Sioli, existem três tipos de rios: 1) de águas brancas argilosas, como o rio Amazonas, ricas em peixes, 2) de águas pretas, como o Rio Negro ou o Arapiuns, e 3) de águas claras, como o Tapajós. Rios de águas pretas e claras drenam solos arenosos e possuem taxas menores de fitoplâncton, portanto de peixe. São conhecidos como *rios da fome*.

7. Muitas comunidades ainda não possuem energia elétrica, rede de telefonia móvel e saneamento básico.

8. Duas vezes por semana, barcos a motor de médio porte fazem o percurso ida e volta entre a cidade de Santarém e certas comunidades ribeirinhas de uma das margens do rio. É o principal meio de transporte na região.



Figura 3. A Ponta do Tatu, uma *ilha* que *veio andando*, Arimum, rio Arapiuns.
Fotografia: Emilie Stoll (agosto de 2012).

camente de seus contornos que variam ao longo das estações – é uma obsessão discursiva. Além do seu caráter híbrido, o contorno (ou desenho) das *pontas* muda de uma vazante para outra sob o efeito da erosão ou da sedimentação. Algumas praias somem total ou parcialmente⁹, abrindo *furos* (canais, passagens); outras se alongam, fechando *lagos* ou dão origem a *ilhas*. Assim, os moradores me disseram que a Ilha¹⁰ do Tatu, por exemplo, localizada no Lago de Arimum, *veio andando*, em tempos remotos (Figura 3). Quando voltei a visitar a localidade, três anos depois, eles comentavam sobre a erosão rápida observável num dos lados da *ilha*, sugerindo que ela estava se movimentando novamente.

Os fenômenos de formação e destruição de terrenos em curto prazo informam os modos de habitar das populações das planícies alagáveis amazônicas (ALENCAR, 2002; HARRIS, 2000; VALENTIN, 2001). Na várzea e no mangue estuarino, esses modos de habitar estão marcados por trajetórias migratórias e pela

9. No estuário do rio Amazonas, Valentin (2001) fez uma etnografia das percepções locais dos antigos moradores da Praia Grande após a destruição desse lugar, levado pelas águas.

10. Os moradores designam como *ilha* uma elevação que se situa no prolongamento de uma *ponta* de areia. Durante a cheia, apenas a parte mais elevada fica emersa e cercada pela água, como uma ilha.

construção de novas casas e abertura de novas roças, que seguem o ritmo do surgimento de novas *ilhas* e do desaparecimento de outras (ALENCAR, 2002; 2013; VALENTIN, 2001). De modo distinto, em ecossistemas de terra firme como é o caso dos rios Arapiuns e Tapajós, as mudanças na paisagem afetam sobretudo as *pontas*, já que a sede dos povoados e as casas são construídas em áreas mais elevadas, que não chegam a ficar alagadas. Assim, nesse caso, a ênfase dada às transformações das *pontas* não tem como objetivo planejar estratégias que permitam manter a moradia ou realizar atividades agrícolas naquele espaço, como é o caso das várzeas do alto Solimões (ALENCAR, 2013). Como veremos através de um exemplo no Lago de Arimum, representativo da região do rio Arapiuns de maneira geral, as narrativas dos moradores trazem à tona um histórico de interações entre determinadas famílias e os seus lugares de moradia, nos quais as *pontas* são componentes destacados. Através de interações nas *pontas* entre dois coletivos (humanos e não humanos subaquáticos), várias gerações de moradores constroem um vínculo com o lugar, negociando sua ocupação legítima com outros *donos* de natureza diversa e com direitos de acesso diferenciados.

Ao dialogar com a literatura sobre ambientes híbridos e paisagens alagáveis em contínua transformação, este capítulo contribui com a discussão sobre a relação homem/paisagem¹¹ a partir da etnografia das *pontas*, consideradas como espaços e meio de mediação das interações entre coletivos humanos e não humanos do Arapiuns. Essas interações sustentam diferentes formas de domínio sobre a terra e forjam o sentimento de pertencimento de determinadas famílias aos lugares onde vivem.

1. A paisagem evanescente, espelho das relações entre humanos e seres encantados

No Arapiuns, muitas *pontas* são consideradas como uma *porta de entrada*, uma passagem entre a superfície terrestre e a chamada *cidade encantada*, onde vivem os *encantados*. Essa passagem, geralmente associada a um buraco muito fundo, dá acesso à moradia – ou *encante* – de um *encantado*. Formada por vários *encantes*, a *cidade encantada* está localizada num nível inferior ao do mundo humano, mas apresenta a mesma topografia. Isso implica que as casas dos humanos e dos *encantados* estão sobrepostas, umas na terra, outras *no fundo*, em níveis diferentes. Essa ocupação conjunta de um mesmo espaço, que chamarei de *corresidência* (o terreno de uma família ribeirinha coincidindo com o *encante* de um *encantado*), produz encontros e

11. Na Amazônia, uma grande contribuição é o livro do Hugh Raffles, *In Amazonia: a Natural History*, no qual o autor analisa as “políticas da natureza”, explorando a complexidade de uma natureza múltipla, marcada por “uma materialidade ativa e irreduzível”, bem como por uma “discursividade irreduzível”, ou seja “um domínio com uma agência complexa” (RAFFLES, 2002, p. 8).

induz interações e negociações na ocupação e no uso da terra. Essas interações são lembradas e transmitidas, sob a forma de narrativas orais, às várias gerações das famílias que habitam nas proximidades de uma *ponta* como podemos ver na trajetória de Seu Roosevelt.

O namoro do Seu Roosevelt com a Sereia do Arará

Seu Roosevelt é morador do Arará, um *lago* que se forma na estação seca pelo encontro de duas *pontas*, que represam a água do rio Arapiuns. Esse *lugar*, o terreno que fica nos arredores do *lago*, pertence à família desse senhor há muitas gerações. Quando visitei Seu Roosevelt e sua esposa em 2011, do outro lado do Lago do Arará também residiam uma sobrinha dele (filha do irmão) e alguns filhos casados dessa sobrinha. Trata-se então do terreno de um grupo residencial formado por várias gerações de descendentes de alguns irmãos de Seu Roosevelt, que ali passaram ou continuaram a residir com seus cônjuges após o casamento¹² (Figura 4).

No meu primeiro contato com *Seu* Roosevelt, na casa dele, ele me contou a história de seu encontro com uma sereia *encantada* que correside no mesmo lugar, debaixo de uma pedra que fica no rio Arapiuns, em frente à entrada do Lago do Arará.

Eu tive um romance com uma *encantada*, uma moça muito linda. Quando cheguei na região do Arará para morar, um dia eu vi uma pedra sair da água, aí no rio grande [Arapiuns]. Em cima da pedra, tinha uma mulher linda com os cabelos compridos até os pés. Era uma sereia *encantada*. Ela se apaixonou por mim e começou a me acompanhar todos os dias. Eu ia pescar? Ela nadava do meu lado. Aí ela tomava a formatura de uma sereia, com um rabo de peixe-boi, né. Ela vinha também comigo na terra firme, na forma de gente. Na época, eu já tinha uma mulher que morava comigo aqui. A cada noite, ela [a esposa] caía da rede. Era a sereia que tirava ela porque ficava com ciúme. Ela me acompanhava de noite também, em sonho¹³.

Ao juntar-se com a primeira esposa, Seu Roosevelt se estabelece no terreno familiar no Arará. Porém, ele começa a ser perseguido pela sereia *encantada* que tenta seduzi-lo e perturba o sossego do casal, que acaba se separando.

Depois, ela [a sereia] quis casar comigo. Ela me explicou como tinha que fazer: eu devia esperar ela no rio, uma noite de lua cheia, com uma saca de sal grande

12. Sobre a organização social e a transmissão da terra nas comunidades do rio Arapiuns, ver Stoll e Folhes (2014).

13. Seu Roosevelt Vianna Guimarães, na faixa de 50 anos, lavrador, morador indígena da aldeia Caruci (entrevista do 20/02/2011).



Figura 4. O Lago do Arará durante a seca e as casas dos moradores em 2017, na aldeia Caruci, rio Arapiuns. Fonte: Google Earth (modificado pelo autor)

na mão. Ela sairia da água na forma de uma cobra grande, com a boca aberta para me comer. Era pra mim jogar a saca de sal na boca dela e ela viraria humana. Seria *desencantada*. Nós poderíamos, então, morar juntos na terra, na casa dela. A sereia me convidou uma vez na casa dela, no mundo *encantado*. Só que ela me avisou que não podia comer a comida que me seria oferecida. A irmã dela era maliciosa e tentou de me fazer comer a qualquer custo. Era pra mim recusar ou não poderia mais voltar na terra, eu ficaria de morto lá. A irmã tentou várias vezes me dar comida, inclusive pela força. Mas nada fez. Recusei. A casa da sereia era muito bonita. Ela falou que caso ela ficasse *desencantada*, a casa subiria para cima na terra. O dia chegou, mas não tive coragem de enfrentar a cobra grande. Não casamos.

Num segundo momento, ela tenta convencê-lo a *desencantá-la*, propondo-lhe uma casa *muito bonita*. Diante dessa perseguição por parte da sereia, Seu Roosevelt resolve se afastar do Arará e vai trabalhar em garimpos de ouro no município de Itaituba (rio Tapajós). Finalmente, a sereia desiste do Roosevelt e este vai consultar um curador¹⁴.

Depois, me separei [da esposa], fui para os garimpos de Itaituba. Lá continuei a sonhar com ela [a sereia], todas as noites. Mas, aí, a sereia já me falou que não queria mais casar comigo. Tinha encontrado outro rapaz na *cidade encantada*. Esses sonhos me cansavam muito. Fui ver um curador para tirar essas visões. Desde então, nunca mais vi ela. Mas eu sei que ela mora debaixo da pedra, aí no rio, perto do Arará.

14. Especialista ritual que cura as doenças espirituais e as feitiçarias.

Nesse exemplo, a presença de um *encantado* é revelada pelo surgimento de uma pedra no rio. O conflito entre a primeira esposa de Seu Roosevelt e a sereia leva o casal a se separar e precipita o afastamento geográfico de ambos do lugar onde está o *encante* (a casa da sereia), já que a primeira esposa também deixou o lugar. O retorno para o Arará só será possível após um duplo arranjo: um acordo matrimonial (a sereia achou outro cônjuge) e uma negociação com a intermediação de um curador para *cortar as linhas* de comunicação com a sereia, fechando o corpo de Seu Roosevelt¹⁵. Isso permitiu a ele voltar a morar no Arará depois de juntar-se com a segunda esposa.

Quem são os verdadeiros donos dos lugares?

Os moradores do Arapiuns consideram que os *encantados* são os *verdadeiros donos dos lugares*. A permanência das famílias humanas nos seus terrenos depende da boa vontade das *mães*, como também são chamados os *encantados*. Por exemplo, a Noiva Encantada que mora na Ponta do Jutai, no Lago de Arimum, é considerada como a *mãe* dessa *ponta* e como a *verdadeira dona desse lugar*. E como *tudo lugar tem uma mãe*, a corresponsabilidade deve ser constantemente negociada no que diz respeito ao acesso e ao comportamento que os humanos devem adotar nas proximidades de um *encante* (*pontas, ilhas, beiras de rios e igarapés*). As *mães* têm também o domínio sobre os seres vivos (animais e vegetais) que vivem em seus *lugares*. Assim, para caçar, pescar, derrubar árvores ou mesmo atravessar igarapés, os habitantes do Arapiuns *pedem licença* para as *mães*. Dizem também que *não se deve abusar*¹⁶ para não chamar a atenção delas, que poderiam lhes provocar uma doença em represália. São frequentes as histórias de famílias que tiveram que sair do lugar onde tinham sua casa construída porque a *mãe* tinha seu *encante* ali embaixo e se incomodava com a presença barulhenta dos humanos. Quando as crianças ficam doentes repetidamente, a esposa cai da rede à noite, barulhos e aparições noturnas amedrontadoras começam a se repetir (canto de galo, cantigas e barulhos de festa, navios iluminados, cobra grande com olhos de fogo, etc.), isso significa que a família não conta com a simpatia da *mãe* do lugar. Ela os perseguirá por vários meios até eles saírem do local.

Existem também *donos* encantados que se aborrecem com a atitude das famílias que ali residem e resolvem ir embora. As narrativas sobre encantados que vão embora mencionam ao mesmo tempo o crescimento da população num determinado lugar, levando ao aumento do barulho e da predação sobre os recursos

15. A filha de Seu Roosevelt me disse que ele tinha nascido *encapado* (dentro da bolsa de líquido amniótico). Por isso, ele tem uma certa propensão à mediunidade e tem o *corpo aberto*.

16. O abuso pode consistir em caçar ou pescar mais do que o necessário, trazer a carne *descuidada* (derramar sangue, estragar, etc.), fazer barulho perto dos *encantes*, desmatar, incomodar os *donos* pela sua presença não desejada.

naturais. Outras falam dos jovens que resolvem deixar de seguir as regras ou mesmo de *parar de acreditar nas mães*. Quando um *dono* encantado resolve partir, ele leva consigo todos os seres vivos que o cercam e que lhe pertencem: a caça, os peixes, as árvores. Ela pode também levar a saliência física que compõe seu *encante*: a praia, a *ponta*, a *ilha*, o *lago*, etc. É assim que *ilhas* vão e vêm *andando*, seguindo os passos dos seus *donos* subaquáticos, dependendo dos acordos e atritos com seus corresidentes humanos. Dessa maneira, interações malsucedidas entre os habitantes do Arapiuns e os *encantados* resultam em mobilidades espaciais tanto dos humanos quanto dos não humanos. E as mobilidades dos *encantados* produzem mudanças na paisagem, ou seja, são o motor da evanescência paisagística observável ao longo do rio Arapiuns.

A paisagem como registro das mudanças sociais ao longo do tempo

As narrativas sobre transformações na paisagem a partir de mudanças na composição dos elementos como *pontas*, *lagos* e *ilhas* do rio Arapiuns tecem tramas entrelaçadas de histórias sobre a formação dos lugares. Algumas falam da modelagem dos contornos do leito do rio, com a chegada de seres *encantados* que imprimem seus rastros na paisagem¹⁷. Outras mencionam a formação dos núcleos de povoamento humano e a sua progressiva expansão demográfica até a criação das *comunidades* nos anos 1970 (STOLL; FOLHES, 2014). Todas enfatizam o tempo transcorrido e as inexoráveis transformações sociais e paisagísticas que ocorrem de uma geração para outra. Também a recordação das relações entre humanos e não humanos através do tempo é acompanhada de descrições de mudanças na paisagem ribeirinha. Nas narrativas, estas mudanças coincidem diretamente com a relação estabelecida com os corresidentes *encantados*. Essas interações intersubjetivas ao longo do tempo entre dois coletivos produzem uma paisagem “evanescente”, já que em movimento. A paisagem evanescente é assim entendida como o espelho de negociações bem ou malsucedidas a respeito do domínio da terra.

No exemplo a seguir, Dona Zenaide conta a história do Lago Azul, que surgiu do encontro de duas *ilhas* situadas na altura da costa do Macaco, no rio Arapiuns, e que se modificou com o passar do tempo, em função da relação entre seus moradores humanos e não humanos.

Tinha uma ilha, que ela tava andando. Lááá, no Lago Azul. Aí, eles iam pescar, e a ilha andava. Porque logo no começo, tinha essa ilha que andava mesmo, no meio do rio, uma ilha assim. Não tem aquela ali com o Tatu? Essa do Tatu que têm? [Figura 3] Pois é, é uma bem parecida, assim. Ela fica flutuando, aí ela vai pra lá, numa certa parte. Vamos supor que ela é larga como daqui pra lá na beira.

17. Por exemplo, é comum ouvir dizer que as cobras grandes são nascidas em terra e que, uma vez crescidas, regressam ao rio; nesse retorno, seus corpos gigantes arrastariam consigo terra, cavando assim o leito dos igarapés.

E é bem grande! Só que ela vaza só um pouco. E aí fica lá. E ela vai lááá, aí ela vem. E aí ela vem andar¹⁸.

A narradora conhece bem essas histórias por ter vivido na costa do Macaco com seus pais. Eles se instalaram ali após o casamento de uma irmã de Dona Zenaide com o filho de Dona Justina, que era considerada como *dona* do lugar já que havia recebido o terreno de seus pais. Aqui se vê que o termo *dono* também é usado para humanos cujo domínio sobre um lugar é reconhecido. No trecho a seguir, Dona Zenaide chama a falecida Dona Justina (sogra de sua irmã) de “mãe Justina”, deixando transparecer a polissemia dos termos *mãe* e *dono/a* nessa região. No decorrer da entrevista, minha interlocutora narra acontecimentos que remetem ao tempo da revolta da Cabanagem (1835-1840), assentando assim a cadeia de ocupação familiar há quase dois séculos. Nesse tempo, a comunidade que existe ali (comunidade de Arimum), ainda não havia sido fundada. E, nessa época, o grupo residencial do Macaco convivia com uma cobra-grande.

Minha mãe Justina contava. De primeiro, quando era muito por sumido, tinha um suspiro¹⁹ que vazava na beira deste rio grande. Deste rio grande vai embora [na extensão da *ponta*]. Aí vazava, vazava, vazava, que era só pra a gente ver. E fazia assim *finc finc! finc finc!*, a areia. E, aí, botava esse suspiro lá na costa do Macaco, que a gente chama. Olhe lá! Parece que era a cobra-grande que vinha por baixo da terra. E lá vinha aquele suspiro. A Senhora passava lá, isso aqui tava escorrendo aquela água igual no igarapé. No igarapé não escorre assim? Pois lá era assim. Olhe! A Senhora via aquela areia fazer assim [movimento de braço ondulando como o corpo de uma cobra]...

Indicações da presença de *donos encantados* (*mãe do lago*, cobra-grande) acompanham o crescimento do grupo residencial do Macaco com a chegada de aliados. Veremos na sequência da narrativa como o processo de povoamento, que culmina na fundação da comunidade de Arimum, incita o deslocamento da cobra-grande. Quando o povoado atinge um tamanho crítico, a cobra-grande some, fechando definitivamente a passagem entre a costa do Macaco e o Lago Azul.

Agora mudou depois de já ter muita gente já, mas muito mesmo. Que nós já moremos pra lá, nós moremos por aí, e veio mais. Lá quem morava era essa mãe Justina. Aí as filhas dela foram casar, e foram ficando, foram ficando por aí. Eu ainda morei lá com minha mãe, meu pai. Agora tem uma neta também. Depois ficou meu irmão também, que já morreu. Ele morou por aí. (...) Já apareceu muita coisa lá. Agora não. Mudou muito depois de aparecer muita gente. Porque esse suspiro que se desembocava lá na beira do rio, aí fechou. Nunca mais va-

18. Dona Zenaide Vianna, 71 anos, agricultora, moradora da comunidade de Arimum (entrevista em 28/08/2011).

19. Entender “respiradouro”.

rou. Nunca mais. Vinha assim de por baixo da terra e desembocava lá, saía pro rio. Mas depois, nunca mais. Do Lago Azul quando nos entendemos, eu e meus irmãos, ele já tinha mudado muito. Já tinha outros novos.

Essas narrativas de encontros com os *encantados* remetem a diferentes períodos históricos e a múltiplas gerações num grupo residencial. Nem todos esses acontecimentos foram vivenciados por Dona Justina, mas lhes foram transmitidos por seus pais e avós. Hoje, sua nora e seus aliados se encarregam de passar adiante esses registros orais. Neles, vê-se que o crescimento do grupo residencial do Macaco provoca o afastamento da cobra-grande, *mãe do lago*, e, por consequência, mudanças na paisagem: o *lago* fechou e a praia deixou de “varar”. A partida desse *encantado* também coincide com a diminuição dos peixes e o fim do *tempo de fartura*, escassez que teria sido provocada tanto pelo uso de técnicas de pesca predatórias (pesca com uso de bomba) quanto pela atuação da *mãe do lago*, que *faz sumir o peixe* para protegê-lo.

2. As pontas como uma visão sociogeopolítica das redes de parentesco

Na primeira parte do capítulo, vimos que as *pontas*, *lagos* e *ilhas* do Arapiuns são espaços privilegiados de encontro entre humanos e *encantados*. Quando essas interações são conflituosas, levam à partida da família perturbadora ou do próprio *encantado*, alterando assim visivelmente a paisagem. Porém, muitas vezes, os dois coletivos mantêm relações de boa vizinhança que resultam na permanência tanto do grupo residencial quanto dos *encantados*, multiplicando assim o estoque de histórias de encontros entre ambos. Nessa seção, vou mostrar que essa relação duradora entre coletivos humanos e não humanos enraíza determinadas famílias e legitima a sua presença em lugares específicos associados a *pontas*. Isto dá origem a uma visão topográfica da calha do rio, onde as *pontas* são marcos espaciais, sociais e temporais dinâmicos.

Legitimando a ocupação e forjando o domínio sobre os lugares

Ao interagir ao longo das gerações, o aumento do conhecimento mútuo entre os coletivos implica numa maior expectativa de contrapartidas e favorece a coexistência pacífica. Do *dono* subaquático, espera-se uma *fartura* renovada (por exemplo, a *mãe* do Lago Azul providencia peixe gordo); dos humanos, espera-se respeito e, às vezes, novas pessoas que serão escolhidas para o *encantamento*. Como vários trabalhos etnográficos têm apontado²⁰, para se reproduzir, os *encantados* raptam crianças ou seduzem cônjuges humanos (como na história do Roosevelt),

20. Ver por exemplo Faulhaber (1987), Slater (1994), Félix (2011) entre outros.

atraindo-os num “campo relacional ilusório” (TAYLOR, 1993, p. 435). O protagonista humano é enganado pela aparência humanoide de um *encantado* que tenta lhe *encantar* com uma relação comensal ou sexual “aberrante” (*id.*). Se essa relação for consumada, a pessoa perde de vez sua humanidade.

Essas interações de longa duração têm dois desdobramentos. Primeiro, uma coresidência bem-sucedida acaba legitimando a presença de um determinado grupo residencial naquele terreno, pois os *encantados*, os *verdadeiros donos do lugar*, concordam com a sua presença. Também chamado de *dono* pelas demais famílias dos arredores, o grupo residencial goza então do reconhecimento do domínio sobre esta terra. Ninguém mais pode se estabelecer naquele lugar sem lhes *pedir licença*. Segundo, a coexistência histórica entre os dois coletivos torna muito provável que membros da família que ali residem já tenham sido *encantados*. Desde então, estes passaram a morar no *encante* situado no nível subaquático. A coresidência implicaria então uma relação de aliança, embora esta não seja formulada como tal pelas populações locais. Nesse sentido, as *pontas* e as narrativas de encontros com *encantados* permitem enraizar grupos familiares em determinados lugares, bem como resgatar a memória das trocas de prole e cônjuges com o coletivo encantado associado. Há muitas narrativas sobre famílias vindas “de fora”²¹ que se instalaram num local *sem pedir licença aos donos* (nunca é especificado se se trata dos *donos* humanos ou encantados). Não demora muito, membros destas famílias ficam doentes ou são intimados a sair, como no exemplo dos invasores da Maloca, que será descrito um pouco mais a frente.

Pontas associadas a determinados grupos residenciais e encantados

Ao evocar as *pontas* (e seus derivados, *ilhas* e *lagos*) do rio Arapiuns, os habitantes fazem implicitamente referência a determinados grupos familiares associados a estas, hoje repartidos em diversas comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas: Seu Roosevelt e parentes são os *donos* do Lago do Arará (na aldeia Caruci); a família extensa Barbosa é *dona* da Ponta do Toronó (na aldeia Lago da Praia); a de Dona Justina, do Lago Azul na costa do Macaco (na comunidade e aldeia Arimum); os descendentes do Xubico Cardoso, da Ponta da Morena (na comunidade São Miguel), etc. As *pontas* oferecem assim uma topografia social e geográfica da calha do rio e dos seus habitantes, que se modifica ao longo das gerações. Alguns grupos residenciais espalharam longe a fama dos seus *donos* encantados corresidentes. É o caso da sereia do Lago do Arará que queria namorar Seu Roosevelt; do famoso *pajé sacaca* Merandolino que se transformava em cobra-grande para deslocar-se pelo rio e que, depois de falecer, se *encantou* na Ponta do Toronó

21. A expressão *de fora* abrange todos aqueles que não têm um direito legítimo sobre uma terra no local (que não fazem parte de um grupo residencial antigo), mesmo que sejam parentes (por ex. primos) ou oriundos do Arapiuns.



Figura 5. (1) Ponta da Vila (sede da comunidade de Arimum), (2) Ponta do Jutai e (3) Ponta do Tatu. Fonte: Erik Jennings (modificado pelo autor).

(STOLL, 2016); e também da *mãe* do Lago Azul, que convive com o grupo do Macaco e ficou escondendo o peixe depois do uso de práticas de pesca predatórias, etc.

As narrativas resgatam a história da ocupação do lugar pelos grupos residenciais sucessivos, com detalhes que trazem elementos sobre a complexidade de uma sociedade pós-colonial, pós-escravocrata e marcada pela chegada contínua de diversos fluxos migratórios. Parece-me bem emblemática (embora localizada no Lago Grande de Curuai), a história da Pretinha encantada da Ilha do Jacaré, que assusta os viradores de tracajá na madrugada dos dias de verão. Contam que Pretinha era uma escrava africana dos Portugueses *donos* da Ilha do Jacaré. Um dia, ela foi tomar banho no rio e, ao se jogar na água, caiu diretamente na boca de uma cobra-grande que bocejava ali (BARROSO, 1988). Assim, os *encantados* são personalizados. Eles têm um nome, uma nacionalidade, um fenótipo e uma história conhecidos dos seus corresidentes humanos e essa identidade traz elementos sobre as camadas sucessivas de ocupação dos seus lugares. Outro exemplo, no Lago de Arimum, a Noiva Encantada cujo *encante* está situado na Ponta do Jutai (Figura 5) é alemã. Seu irmão, Germano, está *encantado* perto do Lago Azul. Diz-se efetivamente que alemães passaram por ali *durante a guerra*²², para chegar à fortaleza de Óbidos.

22. A maioria das pessoas associa essa presença alemã à Segunda Guerra Mundial. No entanto, há registros da presença alemã em períodos anteriores.



Figura 6. Localização dos topônimos de pontas no baixo rio Arapiuns. Elaboração Laurence Billault.

A toponímia das pontas: donos humanos, encantados e recursos vegetais

O vínculo entre uma *ponta*, um grupo residencial, um *encantado* e os recursos naturais presentes no lugar fica evidente na sua toponímia. As *pontas* levam o nome de um dos seus ocupantes humanos (Ponta do Cabo, Ponta da Preta), não humanos (Ponta do Galo [encantado], Ponta do Veado [encantado]) ou de um recurso natural abundante, geralmente uma espécie vegetal (Ponta Uxi Cará, Ponta do Jutáí, da Castanheira...). Esse recurso pertence à *mãe* do lugar e é também a razão pela qual uma família pode desejar construir ali a sua casa.

A toponímia das *pontas* vai mudando com o tempo e com a chegada e partida de seus ocupantes sucessivos. Por exemplo, o Lago de Arimum é formado a jusante pela Ponta do Navio. As famílias do lugar já avistaram várias vezes, à noite, um navio encantado cheio de luzes e com barulho de festa. No passado, ela já foi chamada de Ponta do Idelfonso, nome de um antigo morador que faleceu sem

deixar descendência. Hoje, a Ponta do Navio é ocupada por uma nova família e é também chamada de Ponta do Preto, em referência ao apelido do novo *dono*. Quando foram fundadas, a partir dos anos 1960-70, muitas comunidades e aldeias do Arapiuns conservaram o topônimo inicial da *ponta* onde foi construída a sede da vila. É o caso de Arimum e também de Vila Anã, nomes dos seus *donos* encantados, de acordo com algumas versões da origem desses nomes. Em outras localidades, o nome da comunidade foi trocado após a intervenção da igreja católica²³. É o caso do Lago do Veado [encantado] que virou comunidade Lago Central. Da mesma maneira, a Ponta Uxi Cará tornou-se comunidade Vila Brasil.

3. Vários *donos* negociando o domínio sobre as *pontas*

Nas duas primeiras partes, vimos que as *pontas* têm *donos* humanos e *encantados* cujas interações e atividades influem na transformação da paisagem ribeirinha. Esse domínio compartilhado não é igualitário. Ele se estrutura seguindo uma hierarquia na qual os *verdadeiros donos dos lugares* – os *encantados* – têm a indiscutível primazia. Se seus desejos não forem atendidos, eles expulsarão os moradores humanos ou eles mudarão seu *encante* de lugar, levando consigo parte da paisagem e todos os animais e vegetais do seu habitat. O objetivo desta sessão é refletir sobre as várias formas e níveis de domínio estabelecidos sobre as *pontas* e os lugares do Arapiuns. Veremos, então, como o conceito de *ponta* vem à tona nos discursos das populações em momentos de tensões e conflitos fundiários.

Vários *donos* hierarquizados

Além dos *donos* humanos (os grupos residenciais atuais) e dos *encantados*, já evocados neste capítulo, existe pelo menos um terceiro coletivo que mantém, de certa forma, domínio sobre as *pontas* e demais terras do rio Arapiuns: os índios pré-colombianos, os primeiros habitantes desses lugares. Não é raro as populações encontrarem cacos de cerâmica, principalmente nos locais escolhidos para construir suas casas ou abrir seus roçados. O entendimento geral é que essas louças eram dos índios do passado que já morreram ou foram embora (VIRTANEN;

23. A formação das *comunidades* do baixo Amazonas está ligada à criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pelos padres católicos adeptos da Teologia da libertação, seguindo a linha diretiva da “opção pelos pobres” proposta pelo Concílio Vaticano II (1962) e da “evangelização libertadora” delineada durante o encontro episcopal dos Bispos em Santarém (1972). Centenas de *comunidades* foram criadas ao longo do rio Arapiuns nos anos 1970 (STOLL; FOLHES, 2014). A primeira etapa residia na construção de uma capela ao redor da qual os grupos residenciais dos arredores construíam uma casa para passar o final de semana e participar das atividades religiosas e sociais. Com a institucionalização e a chegada do Estado nos povoados, as comunidades passaram a funcionar como unidades administrativas e demográficas para a implementação de políticas públicas e projetos sociais (ARAÚJO, 1996; 2009).

STOLL, no prelo). Esses índios pré-colombianos também podem ser considerados como os antigos *donos* do lugar. A presença deles, com esse estatuto, fica muito nítida nas *ilhas* de várzea do Lago Grande de Curuai (na margem esquerda do interflúvio Arapiuns-Amazonas), onde o processo de cheias e vazantes permite descobrir a cada ano novas camadas de vestígios que afloram. No entanto, como o episódio abaixo revela, esse domínio, que teria ficado no tempo passado, pode também ser ativado no presente, mostrando a porosidade e a não linearidade entre diferentes camadas temporais na experiência dos moradores da região.

Em outubro de 2015, fiquei hospedada numa dessas *ilhas*, a Ilha do Taxi²⁴, com a família de Dona Maria, que lá residia durante o verão para produzir *piracuí* (farinha de peixe). Dona Maria havia recebido do seu pai um pedaço da Ilha do Taxi. Na estação seca, o chão fica encoberto de cacos de cerâmica, dispostos em um círculo cujo diâmetro coincide com aquele de casas circulares ameríndias (malocas). Isso acabou levando Dona Maria a batizar o lugar de Maloca. Uma noite, ela contou sobre um acontecimento que havia transcorrido alguns anos atrás. Uma família da Vila Curuai tinha chegado à Maloca sem pedir licença para ninguém e tinha construído uma casa na vizinhança das casas existentes. Dona Maria contou que esses novos ocupantes eram barulhentos e ficavam *gritando na beira*. Os *donos* da Maloca (o grupo residencial de Dona Maria) ficaram *só de olho*, mas não falaram nada. Certa noite, a *mãe* do lugar, uma cobra-grande, se *invocou* no corpo da moça²⁵ da casa e falou através dela que estava incomodada com o barulho, pois eles tinham colocado o gerador de energia bem encima do *encante* dela. A cobra pediu que fossem embora. Prosseguindo sua narração, Dona Maria acrescentou: “Aqui na Maloca é a terra dos índios; e índios não gostam de invasão”, dando assim o ponto de vista desse segundo coletivo de *donos*. Por último, concluiu sua fala com seu próprio ponto de vista, esclarecendo que a família em questão era *dona* de uma outra *ilha* não vizinha à do Taxi²⁶. Assim, em princípio, não podiam ter vindo sem autorização.

Esse episódio exemplifica uma hierarquia de *donos* que, juntos, podem conceder ou impedir o acesso a alguém de fora. A cobra-grande e os índios pré-colombianos contribuem assim para legitimar a permanência do grupo residencial de Dona Maria na Ilha do Taxi, e dificultam a instalação de outros, considerados *invasores*. Na fala de Dona Maria, no topo da hierarquia dominial estão os *encantados*; em segundo lugar, os índios pré-colombianos, primeiros habitantes do lugar e, finalmente, os grupos residenciais atuais.

24. Árvore amazônica da família das leguminosas, também chamada de taxizeiro (*Tachigali*).

25. Trata-se de uma possessão, tal como ocorre na pajelança cabocla no baixo Amazonas.

26. No presente volume, Ricardo Folhes explicita as regras de domínio vigentes entre os *donos* das *ilhas* do Lago Grande de Curuai.

Uma cadeia de donos ordenada em camadas

A essa hierarquia entre os vários *donos* das *pontas* e lugares, corresponde uma representação espacial, em três camadas sobrepostas de baixo para cima: uma subaquática (no *fundo*), uma aglutinada no barro sedimentado da *ilba* (os cacos pré-colombianos) e uma na superfície (em cima da terra). Nesse eixo topográfico, a posição dos atores não é definitiva, pois observa-se deslocamentos com temporalidades diversas. Assim, os índios pré-colombianos já foram os grupos residenciais da superfície. Além disso, os atores podem transitar entre a superfície e o *fundo*, por um período mais ou menos longo: membros dos grupos residenciais (atuais ou no passado) *se encantaram*, outros visitaram a *cidade encantada* e pessoas *encantadas* foram *desencantadas*²⁷.

O domínio sobre a terra está também ordenado num eixo temporal, combinando vários coletivos oriundos de épocas diferentes (atual, passada, pré-colombiana, mítica...). Camadas sucessivas de ocupantes sobrepõem-se umas sobre as outras, mas continuam se comunicando entre si, e é possível circular entre elas. Ao afirmar que índios pré-colombianos (oriundos de um passado remoto) são *donos* do lugar, os habitantes atuais se inserem numa cadeia de domínio sobre a terra que justifica sua ocupação territorial.

Finalmente, a administração brasileira participa dessa dinâmica criando novas camadas sobrepostas de dominialidade entre os *donos* humanos, ordenando-os segundo o tipo e o grau de domínio oficial e legal sobre a terra. Desde a introdução de uma legislação fundiária na colônia do Grão-Pará (1534) pela monarquia portuguesa, documentos escritos regulam o direito sobre a terra através da aquisição da propriedade. Do ponto de vista do direito fundiário, o *dono* da terra é quem possui um título de propriedade. Consequentemente, a maioria dos grupos residenciais *donos* das *pontas* do Arapiuns não é reconhecida legalmente como proprietária. Porém, a elas outros estatutos podem ser atribuídos (posseiro, concessionário com direito real de uso, ocupante imemorial, etc.) que legitimam sua ocupação territorial, mas que não equivalem a propriedade absoluta²⁸. A cada um desses estatutos e graus de domínio corresponde a produção de um tipo de documento: título de propriedade, declaração de posse, licença de ocupação, concessão de direito real de uso, laudo de criação de Terra Indígena publicado no Diário Oficial da União, etc. Vale notar que existem, atualmente, inúmeros casos em que mais de um documento é emitido para uma mesma parcela de terra (por exemplo, um título de propriedade e uma concessão de direito real de uso)

27. É por exemplo o caso da Cobra Norato, uma cobra-grande famosa no baixo Amazonas, que foi *desencantado* por um soldado de Óbidos numa das versões da estória (STOLL, 2016, p. 38-39)

28. O conceito de propriedade absoluta, introduzido pela Lei de Terras de 1850, remete a uma propriedade individual, exclusiva e permanente, ou seja, não revogável sem compensação financeira.

o que acaba implicando sobreposições territoriais (por exemplo, uma propriedade privada e uma Reserva Extrativista, etc.)²⁹. Documentos escritos introduzem, portanto, uma nova camada de hierarquia de domínio sobre a terra. Porém, no Arapiuns, mesmo um *dono* ou proprietário com documentos oficiais tem que negociar o acesso a seu terreno com a *mãe do lugar*, sob pena de ser perseguido e acabar tendo que abandonar o lugar.

Assim, as práticas legais e administrativas de transmissão do domínio da terra vêm complexificar a hierarquização entre os *donos* humanos atuais dos lugares, em um quadro mais geral, onde as concepções locais sobre dominialidade da terra incluem os *donos* não humanos.

Marcos territoriais e mobilizações pela terra: “Vamos segurar nossas pontas!”

Em 2012, fui convidada pelos moradores de Arimum a participar de uma reunião de lançamento do Plano de Uso da comunidade³⁰. Durante o evento, foi mostrado um mapa realizado pelos técnicos de uma ONG a partir de coordenadas coletadas com GPS, em conjunto, por um funcionário da ONG e pelo Presidente da comunidade. A elaboração desse mapa acontecia num momento de tensões ligadas à sobreposição de duas unidades territoriais recém-criadas: o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Lago Grande e a Terra Indígena TI Cobra Grande, para atender a todos os moradores³¹ de Arimum. Boatos sobre uma possível remoção dos não indígenas³² após a criação da Terra Indígena fazia com que os moradores identificados como tradicionais temessem perder as terras das quais são os *donos* há gerações. Nesse mapa da comunidade, constavam todas as casas e as roças com o nome de seus *donos*, a toponímia das *pontas*, enseadas e igarapés, a delimitação do território total da comunidade bem como indicações sobre o uso dos espaços. No final da apresentação, Dona Zenaide exclamou: “Agora que marcamos os limites da comunidade, vamos poder segurar nossas *pontas*!”.

29. Sobre a complexidade fundiária e as sobreposições territoriais no estado do Pará, ver Stoll et al. (2017).

30. Plano elaborado em decorrência da criação do PAE Lago Grande, em 2005.

31. O Brasil adotou uma legislação multicultural com a criação de categorias (índigenas, quilombolas, populações tradicionais) às quais as pessoas se autoidentificam. A essas categorias identitárias são associadas unidades territoriais (Terras Indígenas, Quilombos, Unidades de Conservação) com um tipo de domínio específico (posse imemorial coletiva, propriedade coletiva, concessão real de uso coletiva).

32. O procedimento de *desintrusão* é previsto por lei após a homologação de uma Terra Indígena.

As *pontas* e seus residentes *encantados* também haviam sido destacados no laudo de identificação da Terra Indígena³³ (realizado em 2008), como marcos dos limites do território coletivo que levantava controvérsia. É sintomático que, para definir os contornos do território do grupo (o perímetro da comunidade e o da Terra Indígena) ou o terreno de um grupo residencial (o Arará, o Macaco, etc.), as *pontas* sejam sempre mencionadas. O conceito de *ponta* traz consigo algo que vai muito além da paisagem. Ele inclui o vínculo dos habitantes com sua terra, que se constrói ao longo do tempo, através de interações com outros coletivos de *donos*. Essas interações dizem respeito a negociações para renovar e utilizar os recursos naturais, a trocas de prole e cônjuges, a memórias sobre a história do grupo. Enquanto saliências da paisagem social e topográfica ribeirinha, as *pontas* cristalizam os discursos e as representações dos territórios em disputa. O paradoxo reside no fato de que, embora sejam caracterizadas por uma evanescência intrínseca, as *pontas* são ao mesmo tempo fundamentais para o processo de transmissão (de um território fixo e da sua história) que leva em conta certa profundidade histórica (ao longo das gerações). Porém, elas trazem também à tona, a cada momento, a relatividade dessa situação, que pode ser revertida ao se deparar com alguém que se apresente como “mais *donô*” daquele lugar.

Conclusão: as relações sociais entre coletivos através das *pontas*

A etnografia do conceito nativo de *pontas* nas populações ribeirinhas e indígenas do rio Arapiuns permitiu desenvolver uma “antropologia anfíbia” (KRAUSE, 2017) na qual a paisagem não é considerada apenas como um pano de fundo ou um quadro dentro do qual se desenrolam as ações das pessoas. Considerei as interações dos habitantes com as *pontas* (e seus derivados, *ilbas* e *lagos*) – elementos “híbridos” (LAHIRI-DUT, 2014) em constante transformação –, o que me permitiu explorar as relações sociais entre coletivos e os elementos salientes de suas paisagens, cada um com sua agência própria e suas margens de negociação na interação. Num quadro renovado de estudos sobre as relações entre sociedades e meio ambiente³⁴, segui a proposta de “estudo relacional *através* da água” desenvolvida por Krause e Strang (2016) e analisei as relações sociais *através* das saliências paisagísticas. Procedendo assim, pude explorar as dinâmicas territoriais e sociológicas das populações do rio Arapiuns em relação ao seu ambiente.

33. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra indígena Cobra Grande (Santarém/PA) produzido pela equipe do Grupo Técnico Cobra Grande (antropólogo coordenador: Leandro Mahalem de Lima), Fundação Nacional do Índio / Ministério da Justiça, janeiro 2009.

34 Ver os debates sobre a divisão ocidental entre natureza e cultura (DESCOLA, 2005; INGOLD, 2000a) e sobre o desenvolvimento das “humanidades ambientais” (BLANC; DEMEULENAERE; FEUERHAHN, 2017).

Mostrei que as mudanças na paisagem ligadas às interações entre vários coletivos corresidentes interferem, numa escala regional, na mobilidade dos humanos e dos *encantados*. Essas mudanças participam de uma visão ribeirinha do mundo eminentemente territorializada, onde as *pontas*, as *idades encantadas* e os terrenos dos grupos residenciais formam um só mapa cognitivo interligado. Chaumeil (2003) evidenciou um mesmo tipo de visão topográfica, estudando as formas de “xamanismo aquático” praticadas por diferentes grupos indígenas amazônicos; nelas, a figura de proa é a cobra-grande que circula na água e transita entre os mundos (terrestre-humano/ subaquático-espiritual).

No Arapiuns, as transformações físicas constantes das *pontas* ecoam mudanças sociais e históricas, numa temporalidade mais profunda: migrações de grupos residenciais, crescimento demográfico, adoção de novas técnicas de pesca, etc. Essas mudanças afetam diferentes coletivos, localizados em camadas sobrepostas ordenadas em várias dimensões (social, temporal, espacial). Assim, quando os moradores de Arimum comentam sobre as mudanças que ocorrem na Ilha do Tatu e nos demais pontos evanescentes da sua paisagem, eles avaliam o estado atual das suas relações sociais com seus corresidentes *encantados*. Mostrei que a relação dos moradores do Arapiuns com suas *pontas* e com os demais coletivos seguem um padrão de interação mais geral que se repete em outras esferas. Nesse padrão, os sujeitos estão numa posição sempre instável, da qual depende o domínio sobre o lugar. Numa região de ocupação antiga onde não houve uma regularização fundiária satisfatória³⁵, essa constatação abre novas perspectivas de pesquisa sobre a ocupação regional e as relações de poder entre grupos sociais, partindo do estudo socioterritorial das narrativas de encontros com os *encantados* de lugares específicos.

Epílogo

Em 2016, a Prefeitura de Santarém autorizou a construção de um segundo porto de grãos no Lago do Maica, situado em frente à cidade de Santarém, na várzea do rio Amazonas. Diante da notícia, meu amigo João Antônio (originário de Arimum), espantado, exclamou: “Vão acabar com *nossas pontas!*”.

35. Na região de Santarém, foram criadas várias unidades territoriais destinadas a populações tradicionais (entre elas, a Floresta Nacional Tapajós, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, o PAE Lago Grande), quilombolas e indígenas (duas Terras Indígenas foram criadas: a TI Cobra Grande e a TI Maró). Porém, existem sobreposições territoriais em cada uma dessas unidades e, em várias delas, não foi expedido o título de domínio.

Referências

- ALENCAR, E. F. **Terra Caída: Encante, Lugares e Identidades**. 262 p. Tese de Doutorado (antropologia) - Universidade de Brasília, 2002.
- _____. **“Nesse tempo não existia essas ilhas por ali”**: sobre modos de perceber o ambiente e narrar o passado. *Iluminuras (Porto Alegre)*, v. 14, n. 34, p. 11-32, 2013.
- ARAÚJO, R. **Fondation d'un lieu et formes de domination sur les fronts pionniers**. *Lusotopie: L'oppression paternaliste au Brésil*, p. 243-252, 1996.
- _____. **De la “Communauté” aux “populations traditionnelles”**. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [on line], Colloques, publicado online o 06 de julho de 2009, acesso o 28 de maio de 2012. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/56593>.
- BARROSO, W. **Lago Grande (boletim de amostra)**. Vila Curuai: Artesanato gráfico Tiagão, 1988.
- BLANC, G.; DEMEULENAERE, E.; FEUERHAHN, W. (Eds). **Humanités environnementales: enquêtes et contre-enquêtes**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2017. 350 p.
- CHAUMEIL, J.-P. **Cuidades encantadas y mapas submarinos. Redes transnacionales y chamanismo de frontera en el Trapecio Amazonico**. In: Morin, F.; Santana, R. (eds). *Lo transnacional, instrumento e desafio para los pueblos indigenas*. 2 ed. Quito: Abya-Yala, 2003. p. 25-50.
- DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005. 623 p.
- FAULHABER, P. **O navio encantado: etnia e alianças em Tefé**. Belém: MPEG, 1987. 253 p.
- FÉLIX, C. C. **Sentidos da Ação – Proteção e Perigo numa Comunidade Remanescente de Quilombo do Rio Trombetas**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- FRAXE, T. de J. P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2011. 223 p.
- HARRIS, M. **The Rhythm of Life on the Amazon Floodplain: Seasonality and Sociality in a Riverine Village**. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 1, p. 65-82, 1998.
- _____. **Life on the Amazon: the anthropology of a Brazilian peasant village**. London: British Academy, 2000. 236 p.
- INGOLD, T. **Culture, nature, environment: steps to an ecology of life**. In: *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000a. p. 13-26.

- _____. **The temporality of the landscape.** In: *The perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill.* London, New York: Routledge, 2000b. p. 189-208.
- KRAUSE, F. **Towards an Amphibious Anthropology of Delta Life.** *Human Ecology*, v. 45, n. 3, p. 403-408, 2017.
- KRAUSE, F.; STRANG, V. **Thinking Relationships Through Water.** *Society & Natural Resources*, v. 29, n. 6, p. 633-638, 2016.
- LAHIRI-DUT, K. **Beyond the water-land binary in geography: Water/lands of Bengal re-visioning hybridity.** *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, v. 13, n. 3, p. 505-529, 2014.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Alter do Chão: o Caribe da Amazônia.** *Ministério do Turismo.* 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6373-alter-do-ch%C3%A3o-o-caribe-da-amaz%C3%B4nia.html>>. Acesso em: 26/jun./17.
- RAFFLES, H. **In Amazonia: a natural history.** Princeton: Princeton University Press, 2002. 302 p.
- SLATER, C. **Dance of the Dolphin. Transformation and disenchantment in the Amazonian imagination.** Chicago: The University of Chicago Press, 1994. 321 p.
- STOLL, E. **La fabrique des entités : récits sur l'enchantement d'un riverain extraordinaire en Amazonie brésilienne.** *Cahiers de littérature orale*, n. 79 (Des vies extraordinaires : les territoires du récit), p. 23-50, 2016.
- STOLL, E.; FISCHER, L. R. da C.; FOLHES, R. T. **Recenser la propriété en Amazonie brésilienne au tournant du XXe siècle : des registres de terres de João de Palma Muniz aux cartes de Paul Le Cointe.** *Histoire & Mesure*, v. 32, n. 1 (Le chiffre et la carte. Pratiques statistiques et cartographiques en Amérique latine XVIII^e-XX^e siècles), 2017.
- STOLL, E.; FOLHES, R. T. **La (dés)illusion communautaire : de l'ambivalence de la notion de "communauté" en Amazonie brésilienne.** *Journal de la Société des Américanistes*, v. 100, n. 2, p. 73-113, 2014.
- TAYLOR, A.-C. **Des Fantômes stupéfiants: Langage et croyance dans la pensée achuar.** *L'Homme*, v. 33, n. 126, p. 429-447, 1993.
- VALENTIN, T. **L'Amazonie métisse : narrations et définitions des figures de soi et d'autrui au sein de villages ruraux du Nord du Brésil - Etat du Para.** Tese de doutorado (Antropologia) - Université Lumière Lyon 2, 2001.
- VIRTANEN, P. K.; STOLL, E. **Grounds for political claims: Earthworks and anthropogenic soils as cultural heritage and sources of territorial legitimation in Brazilian Amazonia.** In: VAPNARSKY, V.; ERIKSON, P. (Org.). *Living ruins : Practices and conceptions of Heritage in contemporary Amerindian societies.* livro em preparação.